

Resumo de notícias econômicas

29 de julho de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 142

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 29 DE JULHO DE 2021

O otimismo de volta ao setor industrial

Broadcast

Problemas que vinham afetando a produção ou preocupando o empresariado do setor praticamente desde o início da pandemia continuam a ser citados como os mais importantes para a indústria, mas agora começam a perder força. A falta ou o alto custo de matérias-primas (e componentes, para determinados segmentos da indústria de transformação) ainda são os problemas mais citados entre os que o setor enfrenta, como acontece há quatro trimestres consecutivos. Foi o que constatou a Sondagem Industrial de junho divulgada pela CNI.

Embora continue em nível muito alto, o percentual de dirigentes industriais que apontam esse como o principal problema diminuiu pela primeira vez depois de oito trimestres de alta. É sinal de que se reduz a velocidade de aumento dos preços.

“A redução desses indicadores pode indicar o início de uma normalização das cadeias produtivas, com posterior redução da escassez de insumos e equalização de preços”, previu o boletim da CNI. Outros itens da pesquisa igualmente mostram melhora, numa sinalização de que as dificuldades surgidas na pandemia, e que se somaram a outras já enfrentadas pela indústria, começam a se amenizar. A atividade industrial continua a se aquecer. A recuperação de alguns indicadores chega a surpreender.

O nível de utilização da capacidade instalada foi o mais alto para o mês de junho desde 2013. Naquele mês, a atividade econômica ainda estava em expansão. A crise que marcou o início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff – e levaria a seu afastamento do cargo – surgiria depois. O índice que mede a evolução da produção tem se situado acima de 50 pontos há vários meses, mostrando aumento contínuo no período. O indicador do emprego industrial, de sua parte, sobe há um ano. Desde julho do ano passado o indicador de evolução do número de empregados tem se situado

acima de 50 pontos, o que significa que está havendo aumento no número de trabalhadores.

Quanto ao desempenho financeiro, o indicador de satisfação com o lucro aumentou em junho, enquanto o de insatisfação se reduziu entre o primeiro e o segundo trimestres. Assim, as expectativas, que já eram positivas, continuam a melhorar. O otimismo, diz a CNI, é intenso e disseminado.

Governo avalia reduzir em até R\$ 70 bi meta para rombo das contas em 2022

O Estado de S. Paulo

A equipe econômica deve propor uma mudança na meta fiscal de 2022, recém-aprovada com um déficit de R\$ 170,5 bilhões. Está em avaliação uma redução de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões na previsão de rombo. Além de incorporar a recente melhora na arrecadação, o corte na meta colocaria um freio no ímpeto do Congresso de ampliar o rol de “bondades” que resultem em perda de receita. O governo tem observado uma melhora na arrecadação, atribuída à recuperação da atividade econômica. Só para este ano, a projeção é de R\$ 200 bilhões em receitas extras, o que já deixa uma folga no objetivo do governo para as contas públicas de 2021. A avaliação da área econômica é que esses ganhos vão se repetir no próximo ano.

Como a meta de resultado primário resulta da diferença entre receitas e despesas, a arrecadação maior abre caminho para um rombo menor nas contas. Por isso, a revisão da meta fiscal para 2022 é considerada pela área econômica uma direção correta e até um “caminho natural”, uma vez que a receita extra não pode ser empregada em novas ações do governo devido ao teto de gastos – outra regra fiscal que limita o avanço das despesas à inflação.

Para rever a meta de 2022, o governo precisará enviar um projeto para mudar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022. O texto terá de ser aprovado pelo Congresso. Segundo uma fonte da equipe econômica, será importante “organizar o debate”, uma vez que há muitos temas em pauta junto ao Parlamento. Seria a primeira vez que o governo melhora, oficialmente, a trajetória esperada para o resultado

primário. Em 2016, quando o governo Michel Temer fixou pela primeira vez uma meta fiscal negativa de R\$ 170,5 bilhões, a previsão era de uma redução gradual no rombo nos anos seguintes, mas a velocidade da melhora frustrou expectativas.

Desde então, as metas de 2017 e 2018 foram alteradas para pior, a de 2020 foi afastada devido à calamidade provocada pela pandemia de covid-19, enquanto o alvo para 2022 acabou ficando mais negativo que os R\$ 127,5 bilhões indicados inicialmente pelo governo. Agora, a equipe econômica vê condições de mudar a meta de 2022 para valores próximos a R\$ 100 bilhões, numa indicação mais firme de melhora nas contas, que estão no vermelho desde 2014.

A queda na meta poderia ser de até R\$ 100 bilhões (ou seja, rombo de, no máximo, R\$ 70 bilhões), mas as concessões da reforma tributária limitam uma redução mais significativa no rombo projetado. O governo enviou a proposta de reformulação do IR com ganho líquido de R\$ 2,47 bilhões previsto para 2022. O texto traz medidas que vão nas duas direções, de reduzir e elevar a arrecadação. Muitas esbarram nas resistências de setores econômicos, como a tributação de lucros e dividendos distribuídos à pessoa física. O relator do projeto, deputado Celso Sabino, já indicou mudanças no texto em busca de um consenso.

Dividendo no Simples deve ficar livre de taxaço

O Estado de S. Paulo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deu aval para a isenção da tributação de lucros e dividendos pagos por empresas que estão no Simples, regime simplificado de cobrança de impostos para micro e pequenas empresas.

A isenção é considerada um passo politicamente importante para afastar as resistências ao projeto que altera o Imposto de Renda – e que prevê a volta da cobrança na distribuição dos lucros e dividendos pelas empresas aos seus acionistas com uma alíquota de 20%. O projeto original e o parecer do relator preveem uma faixa de isenção de até R\$ 20 mil por mês.

O relator do projeto, Celso Sabino disse que estuda a isenção para as empresas do Simples, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Elas têm forte influência no Congresso, onde têm uma atuante frente parlamentar de deputados e senadores. O

Simplex, com todas as regras diferenciadas, também será mantido no parecer do senador Roberto Rocha (PSDBMA) na Proposta de Emenda Constitucional 110, que trata de impostos que incidem sobre o consumo.

O governo e o relator não querem aumentar a oposição política ao projeto do IR. Desde que o relator propôs uma redução mais agressiva da alíquota do IR das empresas e fez concessões a alguns setores, as resistências vêm diminuindo. A isenção mantida para empresas do Simplex beneficia profissionais liberais, como médicos, dentistas e advogados.

“Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso. Queremos tributar os mais afluentes e desonerar as empresas e assalariados”, afirmou Guedes, na semana passada, em evento promovido pela CNI e a Febraban.

Apesar da diminuição das resistências, um grupo de 22 instituições divulgou um manifesto pedindo o arquivamento do projeto em tramitação na Câmara. As instituições que assinam o documento, enviado aos parlamentares, representam o setor elétrico, o comércio de bens e serviços (nacional e internacional), sociedades profissionais e a indústria farmacêutica.

No Congresso, tramitam no momento três propostas de reforma tributária, cada um competindo pelo protagonismo: os projetos do Imposto de Renda e de criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), com fusão do PIS e Cofins, na Câmara; e a PEC 110, uma proposta mais abrangente, incluindo impostos estaduais e municipais, no Senado.

Um integrante da equipe econômica disse que não haverá “briga” de disputa porque o relator da reforma da PEC, senador Roberto Rocha, está alinhado com as propostas do governo. Além disso, já está pronto o projeto que cria um “passaporte tributário” para as empresas quitarem dívidas e conseguirem sair das dificuldades depois da crise da covid-19. Setores fragilizados pela crise, como de bares e restaurantes, terão 80% de perdão de dívida.

Contas externas voltam a fechar no azul

Broadcast

O resultado das transações correntes ficou positivo em junho, em US\$ 2,8 bilhões, informou ontem o Banco Central. Esse é o melhor desempenho para meses de junho desde o início da série histórica do BC, em 1995. Por outro lado, os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 174 milhões no mês passado ante a US\$ 5,2 bilhões de junho de 2020, uma queda de 96,6%. O IDP representa os investimentos feitos por estrangeiros no País, tanto na construção de fábricas quanto na aquisição de participação em companhias. Em maio, as contas registraram um saldo positivo de US\$ 3,8 bilhões.

Para a economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta, a frustração com o IDP em junho é explicada por uma saída de recursos por operações entre empresas, o que acende uma luz amarela, uma vez que as empresas estrangeiras estão enviando recursos produzidos internamente para as matrizes no exterior, sem reinvestir no País.

“(As empresas) Não veem capacidade para investir internamente. Isso pode dizer algo expressivo para nós, sobre a atividade e a perspectiva do empresariado. É o que mais preocupa, pois o IDP é um investimento na economia real, não é um investimento financeiro”, disse.

Os dados das contas externas refletem os efeitos da pandemia de covid-19, que desde março do ano passado reduz o volume de importações de produtos. Ao mesmo tempo, o Brasil tem se aproveitado da maior demanda global por commodities – produtos básicos, como alimentos, minério de ferro e petróleo, que são pilares da pauta de exportação do País.

Nessas contas estão todos os negócios do Brasil com o exterior, incluindo o saldo comercial de mercadorias e serviços, as remessas de lucros e dividendos e os juros pagos pelas empresas, além das transferências pessoais entre países.

De acordo com o economista-chefe do Banco MUFG Brasil, Carlos Pedroso, o ingresso baixo de IDP em junho deve ser um resultado pontual. “Estamos com um cenário bastante tranquilo em contas externas. Projetamos US\$ 2 bilhões de déficit de conta corrente em 2021, apenas 0,12% do PIB. E o IDP totalizando US\$ 55 bilhões, número bastante tranquilo”, disse Pedroso.

No primeiro semestre deste ano, segundo o BC, as contas externas registraram rombo de US\$ 7 bilhões. O resultado é praticamente a metade do registrado no mesmo período de 2020, quando o déficit nas contas externas chegou a US\$ 13,3 bilhões, influenciado pela primeira onda da pandemia de covid-19. A melhora do saldo no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado é reflexo da balança comercial brasileira, que vive bom momento por conta da alta dos preços das commodities.

Nos 12 meses até junho, o saldo das transações correntes está negativo em US\$ 19,637 bilhões, o que representa 1,27% do PIB. Ainda sob os efeitos da pandemia, a conta de viagens internacionais registrou déficit de US\$ 221 milhões em junho, informou o BC. O valor reflete a diferença entre o que os brasileiros gastaram lá fora e o que os estrangeiros desembolsaram no Brasil no período. Em junho de 2020, o déficit foi de US\$ 72 milhões.

Com o dólar mais elevado e a restrição de voos em vários países, os gastos líquidos dos brasileiros no exterior despencaram nos últimos meses. O desempenho da conta de viagens internacionais em junho foi determinado por despesas de brasileiros no exterior, que somaram US\$ 449 milhões. O gasto dos estrangeiros em viagem ao Brasil ficou em US\$ 228 milhões no mês passado. O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse que os gastos dos turistas brasileiros no exterior são os maiores desde março de 2020, quando o mundo foi atingido pela pandemia. Ele reconheceu, porém, que o valor ainda está distante dos gastos pré-pandemia, quando era comum que os brasileiros gastassem US\$ 1,5 bilhão por mês, em média.

Weg testa rede 5G própria e quer ajudar outras empresas a criar indústria 4.0

Broadcast

A gigante industrial Weg já está conectada à rede de internet ultraveloz 5G, mesmo sem a tecnologia estar disponível no Brasil. Isso porque a empresa está realizando um teste de conectividade de sua fábrica em Jaraguá do Sul (SC), onde fica a

sua matriz, com uma rede privativa criada em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Os resultados preliminares apontam caminhos importantes para uma produção industrial conectada, diz a companhia.

Um exemplo é o uso da tecnologia em robôs logísticos. Com uma internet de alta velocidade, as máquinas conseguem se movimentar pela fábrica quase sem interferência. Mais do que isso: fazem um mapeamento do espaço e se deslocam até em áreas com caminhos obstruídos. O 5G, segundo Carlos Grillo, diretor de negócios digitais da Weg, vai potencializar as ferramentas que utilizam inteligência artificial. Outros pontos testados foram as câmeras inteligentes, que conseguem identificar, por exemplo, se as pessoas presentes estão usando máscaras para se proteger da covid-19 e apontar defeitos em produtos, algo que sempre foi realizado manualmente. “Esse estudo visa a responder à dúvida de quanto o 5G vai mudar a indústria e tudo está em cima da conectividade, que é o meio dessa transformação”, diz Grillo.

Mais do que entender o potencial da tecnologia, esse laboratório servirá para que a companhia e a ABDI mandem os resultados para a Anatel discutir uma regulação para as redes privadas de 5G. O projeto tem ainda a Nokia e a Claro como parceiras.

“Existe um movimento de 5G para redes públicas, mas ainda não existe isso para redes privadas no País. E é algo que já é uma realidade em países como a Alemanha e o Reino Unido”, diz Igor Calvet, presidente da ABDI, que afirma ser fundamental que as empresas consigam ter controle em suas próprias redes. “Sobretudo agora com a Lei Geral de Proteção de Dados, as indústrias precisam ter confiabilidade nos dados.”

Além da evolução da indústria, a Weg quer usar esse teste e a própria tecnologia 5G para aumentar suas soluções digitais – uma das estratégias da companhia rumo à diversificação dos negócios. A empresa, mais conhecida pelos motores, hoje também já atua fortemente na geração de energia, que representa mais de 30% de seu faturamento. Agora, a Weg quer ajudar parceiros a caminhar rumo à indústria 4.0. Nos últimos dois anos, comprou quatro startups pensando nesse modelo de negócio em áreas como inteligência artificial e internet das coisas.

A aquisição de startups deve se acelerar nos próximos meses, diz o presidente da Weg, Harry Schmelzer Júnior. “A Weg vai continuar sendo uma empresa forte em motores, em energia renovável, mas esse é o momento de a empresa se preparar para

o futuro.” A diversificação tem ajudado a empresa a atrair investidores. Em 2020, a companhia registrou uma receita líquida de R\$ 17,5 bilhões, alta de quase 31% mesmo em um ano de pandemia, o que fez a ação da Weg ser a segunda que mais subiu dentro do Ibovespa em 2020, cerca de 120% de valorização.

Este ano as ações da companhia patinam. Desde janeiro, os papéis têm baixa de 8%. Para Flávia Ozawa, analista da Eleven Financial, ainda é possível ser otimista com a companhia, em especial pela diversificação e pela consistência nos resultados. “Essa linha de negócios de soluções digitais, por exemplo, tem um investimento inicial relativamente pequeno”, diz Flavia, que enxerga potencial de alta de 52% no preço dos papéis até o fim de 2022.

Vantagens do mercado livre de energia vão além do preço

Broadcast

A migração de consumidores para o mercado livre de energia neste ano segue batendo recordes, estimulada pela elevação nos preços do ambiente regulado. A disparada do IGP-M, que corrige parte das tarifas, o aumento nos encargos e o reajuste da Bandeira Vermelha patamar 2, com o acionamento das termelétricas, pesam no bolso do consumidor cativo. Diante desse cenário, os benefícios do mercado livre vão muito além do preço menor e podem ser potencializados com a customização dos contratos para que se encaixem nas demandas do consumidor. Instituições que possuem demanda instalada a partir de 500 kw podem fazer portabilidade de sua conta e escolher o seu fornecedor. A redução no valor pago pela energia, ao migrar para o mercado livre, fica entre 25% e 30%, com impacto na competitividade das empresas. Mas a decisão de deixar o mercado cativo implica, ainda, em outros fatores.

Eduardo Diniz, gerente-geral de Comercialização da Votorantim Energia, explica que, além da redução de custo significativa na conta de energia, esse ambiente permite outros benefícios que repercutem na cadeia do negócio do cliente. “A principal característica do ambiente de livre de contratação é a flexibilidade, com negociação das cláusulas. Nosso papel, enquanto fornecedor, é entender a necessidade do negócio do cliente e indicar um produto que extraia o máximo de benefícios deste novo ambiente.”

A previsibilidade de custos com o insumo, com contratos de longo prazo, preço e volume negociados, é fator importante na gestão das empresas. “A partir destes três pontos –preço, volume e prazo–, são muitas as alternativas para customizar os contratos de acordo com a necessidade de cada um.” Entre as possibilidades citadas pelo executivo está o ajuste do pagamento da conta ao fluxo de caixa, com acordos que podem jogar a fatura para até 60 dias. “Uma distribuidora de energia, regulamentada, não tem essa possibilidade”, acrescenta Diniz. Com a negociação independente no mercado livre, é possível também definir o índice de reajuste (como IGP-M ou IPCA) ou até não adotar reajuste algum.

Outra oportunidade que ganha relevância, diante da cobrança de boas práticas ESG –socioambientais e de governança–, é a escolha do fornecedor. A compra de energia de fontes renováveis, como eólicas e solar, ajuda as empresas a cumprirem as metas ESG.

Para clientes que possuem uma necessidade de flexibilidades no consumo, a Votorantim Energia oferece o ONE, um produto mais simples e ajustável às necessidades de cada segmento. Assim, prédios comerciais que requerem fornecimento maior das 8h às 20h, ou shoppings centers, que consomem mais no final do ano devido à alta temperatura e fluxo maior de pessoas, podem ficar despreocupados com “surpresas” na conta de energia no final de cada mês.

O impacto da pandemia na atividade econômica também evidencia a vantagem da maior flexibilidade nas negociações. Com a queda no consumo de energia, muitas empresas renegociaram seus contratos. “Na Votorantim Energia, fizemos cerca de cem renegociações com nossos clientes, apoiando-os no momento mais crítico, o que permitiu manter a inadimplência abaixo de 1%”, explica Diniz. Um outro exemplo é a crise hídrica que encareceu a energia no mercado spot e a companhia buscou novas soluções para assegurar um preço mais competitivo a quem tem de renovar contratos. “Fechamos um negócio por um preço menor, mantendo a competitividade do nosso cliente e alongando o contrato por mais tempo na carteira”.

A Votorantim Energia acaba de iniciar sua atuação com derivativos de energia – operação financeira que permite travar o preço em uma data futura, sem a necessidade da entrega do insumo. A atuação com derivativos é um importante passo na

modernização do setor, ao proporcionar mais liquidez, eficiência e segurança para o mercado. A modalidade de derivativos de energia elétrica está apenas no começo no Brasil, e a entrada de um grande player como a Votorantim Energia, na visão de Diniz, deve dar mais liquidez ao produto.

A principal característica do ambiente de livre contratação é a flexibilidade. Nosso papel, enquanto fornecedor, é entender a necessidade do negócio do cliente e indicar um modelo que extraia o máximo de benefícios deste novo ambiente” Eduardo Diniz, gerente-geral de Comercialização da Votorantim Energia

Bolsonaro desiste de proposta que desobrigava a inscrição de profissionais em Conselhos, como OAB e CREA

O Estado de S. Paulo

O presidente Bolsonaro pediu ao Congresso Nacional que retire de tramitação da PEC que ele e o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviaram aos parlamentares para enquadrar os conselhos profissionais como entidades da iniciativa privada, sem nenhuma relação com a estrutura da administração pública. Entregue à Câmara em julho de 2019, o texto também acabava com a obrigação da inscrição de profissionais nesses conselhos e desagradou a associações de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O recuo está oficializado em mensagem presidencial publicada no Diário Oficial da União (DOU). O governo afirma que decisão do STF “esvaziou” o escopo da medida e que a tramitação poderia ensejar insegurança jurídica. O texto não estabelecia quais profissões poderiam continuar tendo a obrigatoriedade de inscrição mantida. Hoje, a exigência de que profissões precisam de aval de entidades de classe é determinada por leis federais e vale para categorias diversas, como médicos, engenheiros, advogados, corretores e músicos.

O ministério argumentava que a PEC não mudaria em nada a estrutura atual dos conselhos profissionais e não tinha o objetivo de impedir a continuação das atividades. Segundo o governo, o objetivo era deixar claro na Constituição que esses conselhos são entidades privadas, e não autarquias. Ou seja, constitucionalizar que o Estado não

deverá se meter na regulamentação de qualquer profissão, mantendo a autorregulação para as atividades cujos conselhos estão previstos em leis.

A Secretaria-geral da Presidência diz em nota que a PEC “visava a consolidar o entendimento de que os conselhos profissionais não integram a estrutura da Administração Pública, para afastar qualquer hipótese de equiparação da organização dos conselhos profissionais às autarquias integrantes da Administração Pública, bem como atribuir clareza às regras inerentes ao regime jurídico de direito privado e a celetista ao qual subordinados”.

O texto cita o STF, no julgamento das ADC 36, da ADI 5367 e da ADPF 367, declarou a constitucionalidade do art. 58, § 3.º, da Lei n.º 9.649, de 1998, que estabelece que os empregados dos conselhos “são regidos pela legislação trabalhista e veda formas de transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta”.

UNICÓRNIO DA COMIDA VERDE

Broadcast

A Notco, de alimentos com base vegetal, recebe aporte de US\$ 235 milhões e atrai esportistas como Lewis Hamilton e Roger Federer. A empresa anunciou que recebeu um aporte de US\$ 235 milhões liderado pela Tiger Global – tornando-se o mais novo unicórnio (como são batizadas as startups que valem mais de US\$ 1 bilhão). Com o dinheiro novo e o status obtido, o objetivo da companhia fundada no Chile é lançar em mais países seus produtos.

Entre os participantes da rodada figuraram a G2D, da gestora brasileira GP Investimentos, que viu inflar o valor de sua participação na companhia (leia mais no box ao lado). Também participaram da rodada nomes como o heptacampeão de Fórmula 1 Lewis Hamilton e Roger Federer, vencedor de 20 Grand Slams de tênis. O investimento Série D já estava no radar da empresa, mas foi fechado antes do previsto – Ciro Tourinho, diretor da Notco no Brasil, disse que esperava receber o novo aporte entre o fim de 2021 e o início de 2022.

“O principal objetivo da companhia é retirar os animais da equação (da alimentação). Esse investimento vai servir para turbinar a nossa expansão geográfica

para vários outros países e dentro dos que estamos presentes. No Brasil, nossa operação é focada no Estado de São Paulo. O aporte serve para financiarmos o crescimento para outros Estados”, frisou o executivo. Os alimentos da Notco são produzidos com a ajuda de Giuseppe, algoritmo responsável pela “tradução” de receitas com ingredientes de origem animal para seus equivalentes vegetais. Foi dele que saíram os cinco produtos hoje comercializados pela Notco, como leite, sorvete e maionese. No Chile, a companhia lançou uma opção de carne moída vegetal.

Foi um mercado que se abriu principalmente pelo trabalho das pioneiras americanas Impossible Foods e Beyond Meat. A Notco não está sozinha na busca por alternativas vegetais a receitas consagradas. Gigantes como JBS e Marfrig, além de uma série de startups do setor alimentício, como A Tal da Castanha, também têm atuado nesse segmento.

Com o investimento, a Notco também pretende aumentar a quantidade de matéria-prima produzida nos países em que opera. Para a fabricação dos alimentos da marca, a maior parte dos ingredientes é importada, o que tem impacto não só na cadeia de suprimentos, mas também no preço final na prateleira do supermercado, que é mais alto se comparado aos produtos comuns – um litro de leite da Notco custa, por exemplo, cerca de R\$ 15 para o consumidor. No curto prazo, a redução de preços passa pela revisão das embalagens. “Temos tentado trabalhar a questão da acessibilidade. Às vezes, isso é possível no curto prazo com uma embalagem um pouco mais acessível em preço”, diz o diretor da Notco no Brasil.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

| TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ) | | | | |
|--|------|------|-------|--------|
| | 2018 | 2019 | 2020* | 2021** |
| Ceará | 1,45 | 2,67 | -3,56 | 5,77 |
| Brasil | 1,78 | 1,41 | -4,06 | 4,85 |

| VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ) | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2018 | 2019 | 2020* | 2021** |
| Ceará | 155.903,82 | 166.959,80 | 168.285,73 | 188.355,17 |
| Brasil | 7.004.141,00 | 7.407.023,57 | 7.447.858,25 | 8.263.567,80 |

| PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ) | | | | |
|--|------|------|-------|--------|
| | 2018 | 2019 | 2020* | 2021** |
| PIB_CE/PIB_BR | 2,23 | 2,25 | 2,26 | 2,28 |
| Participações População (%) | 4,35 | 4,35 | 4,34 | 4,33 |

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

| CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN) | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Exportações | 1.025,65 | 1.130,41 | 951,02 | 1.071,64 |
| Importações | 1.305,02 | 1.097,79 | 1.206,18 | 1.540,16 |
| Saldo Comercial | -279,37 | 32,62 | -255,16 | -468,52 |

Fonte: MDIC.

| ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO | | | | |
|------------------------------|-------|-------|-------|-----------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 (Até maio) |
| Brasil (R\$ Tri) | - | 3,48 | 4,02 | 4,18 |
| Ceará (R\$ Bi) | 71,32 | 76,77 | 87,14 | 89,31 |

Fonte: Banco Central.

| PRINCIPAIS ÍNDICES | | | | |
|---|------|------|-------|-------|
| ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%) | | | | |
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Produção Física Industrial | 0,7 | 2,8 | -22,1 | 25,3 |
| Pesquisa Mensal de Serviços | -9,3 | -3,1 | -11,7 | 2,8 |
| Vendas Mensais do Varejo Comum | 3,6 | -0,8 | -17,8 | 5,1 |
| Vendas Mensais do Varejo Ampliado | 5,0 | 2,8 | -17,2 | 19,2 |
| INFLAÇÃO (Acumulado até Maio) | | | | |
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| IPCA -BRASIL | 3,75 | 4,31 | 4,52 | 3,77 |
| IPCA -FORTALEZA | 2,9 | 5,01 | 5,74 | 5,11 |
| INPC | - | 4,48 | 5,45 | 3,95 |
| IGP-M | 7,54 | 7,3 | 23,14 | 15,08 |

Fonte: IBGE e FGV.

| MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ | | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| INDICADOR | 2018 | 2019 | 2020 | 2021.1 |
| Desocupação (%) | 10,1 | 10,1 | 14,4 | 15,1 |
| Nível de ocupação (%) | 50,3 | 50,8 | 42,8 | 40,4 |
| População em idade de trabalhar | 7.312 (100%) | 7.410 (100%) | 7.620 (100%) | 7.623 (100%) |
| | 4.088 | 4.185 | 3.808 | 3.631 |
| Força de trabalho (mil) | (56%) | (56%) | (50%) | (48%) |
| Ocupada (mil) | 3.676 | 3.762 | 3.259 | 3.082 |
| Formal (mil) | 1.630 | 1.702 | 1.534 | 1.422 |
| Informal (mil) | 2.046 | 2.060 | 1.725 | 1.660 |
| Desocupada (mil) | 412 | 423 | 549 | 549 |
| Fora da Força de trabalho (mil) | 3.224 (44%) | 3.225 (44%) | 3.812 (50%) | 3.992 (52%) |
| Desalentados (mil) | 328 | 358 | 466 | 466 |
| Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$) | 1.525 | 1.685 | 1.656 | 1.766 |

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

| ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS | | | | | | | |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------------|
| REGIÃO/ANO | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020* | 2021* (Até junho) |
| Ceará | 1.542.759 | 1.443.365 | 1.464.948 | 1.471.704 | 1.509.818 | 1.523.888 | 1.547.833 |
| Nordeste | 8.899.279 | 8.436.203 | 8.543.651 | 8.647.237 | 8.683.272 | 8.704.922 | 8.829.593 |
| Brasil | 48.060.807 | 46.060.198 | 46.281.590 | 46.631.115 | 47.554.211 | 47.633.520 | 48.866.892 |

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

| CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO) | | |
|--|---------|---------|
| Indicadores | 2020 | 2021 |
| Contratações | 136.612 | 182.814 |
| Demissões | 181.915 | 158.869 |
| Saldo de Empregos Gerados | -45.303 | 23.945 |

Fonte: NOVO CAGED.

| ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN) | | | | |
|--|---------|--------|--------|--------|
| ESPECIFICAÇÕES | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Abertura | 35.121 | 40.957 | 38.404 | 55.775 |
| Fechamento | 57.673 | 15.613 | 13.265 | 17.844 |
| Total | -22.552 | 25.344 | 25.139 | 37.931 |

Fonte: JUJEC.

| PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN) | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|------------|
| PERÍODO | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | 8.594.172 | 7.416.995 | 8.025.916 | 10.038.097 |

Fonte: CIPP